

# É conversando que a gente se entende

José Álvaro Moysés

A questão do pacto social é um dos pontos mais interessantes do atual debate nacional: ilumina o caráter da conjuntura política. Tal como tem sido apresentada, essa questão serve para indicar os impasses que estamos vivendo. Embora empresários e líderes sindicais admitem a existência de conversações, todo mundo nega qualquer iniciativa concreta. Talvez devêssemos perguntar: há legitimidade em falar de pacto social? A que exatamente se refere essa expressão? A uma disposição dos empresários e dos líderes sindicais de conversar ou, como seria mais justo segundo a teoria política, a um desejo de propor, em todos os seus níveis uma reinstitucionalização da sociedade brasileira, de tal modo que fosse possível efetivamente, pactuar algo como um acordo entre empresários e a classe trabalhadora?

Mais do que essa segunda hipótese, creio que o que está em jogo é a exigência de a sociedade começar a conversar. A partir de 1981, a lógica do diálogo vai se impor.

Quando menos, as pessoas, as diferentes classes, as diferentes categorias sociais terão que dialogar para saber que divergem; para delimitar o terreno dessa divergência; para precisar o campo das suas posições e, nesse sentido, para poder avançar as suas propostas.

Portanto, mais do que falar em pacto social, seria melhor falar de uma ampla necessidade de conversação e de diálogo que, aliás, já está aparecendo de modo gritante na preocupação de alguns empresários mais realistas e, mesmo, na de alguns dirigentes sindicais. É muito provável que estejam pensando para a consciência dessa necessidade os acontecimentos de 1979 e de 1980, quando grandes e importantes movimentos grevistas terminaram numa ruptura extremamente prejudicial para a sociedade (sem falar da humilhação que se impôs aos trabalhadores).

Talvez devêssemos repreender o que significa dialogar. Um ponto de partida seria entender que conversar não é jogar os custos sociais de uma situação extremamente complicada, como a que vivemos nestes últimos 17 anos, nas costas de um único setor da sociedade, como a classe trabalhadora. Se os empresários querem dialogar assim, essa conversa não vai haver. Os trabalhadores já caminharam bastante para aprender, pela sua própria experiência, que há certos pontos do modelo econômico, social e político que são extremamente débeis e que será na medida de seu progressivo fortalecimento que ocorrerá a ruptura dessas debilidades. Ou seja, os trabalhadores aprenderem a conhecer a sua força.

Por isso digo que é preciso repreender a conversar. Mas é preciso admitir que isso implica definir sobre o que se vai falar. Quando se pensa em estabelecer canais ou pontos de comunicação entre trabalhadores e empresários, isso significa, inevitavelmente, voltar os olhos para a questão do modelo econômico, social e político que vigora no Brasil. Então, a minha pergunta é essa: seria possível trabalhadores e empresários conversarem sem se referir ao modelo?

O exemplo que logo salta à vista é que, tão logo empresários e trabalhadores admitem que estava havendo conversações, o Ministro Delfim Neto saiu a campo para indagar contra quem era o pacto. Esse sentimento de culpabilidade, por parte do regime, de consciência pesada por parte do Ministro Delfim Neto, indica que o regime sabe que, quando a sociedade senta para conversar, necessariamente vai colocar em jogo a crítica do modelo de 1964. Esse é o ponto de partida sobre o qual é preciso ter muita clareza, sob pena de simplesmente não sairmos de onde estamos.

Por outro lado, se se fala em pacto social, é preciso dizer em que termos se define essa figura. Ou seja, trata-se realmente de um pacto ou, simplesmente, da necessidade de conversar? No caso do pacto, a coisa é mais complicada. Aí há mais razão para pessimismo. Pois tenho a impressão de que os empresários que estão propondo o pacto, embora bem-intencionados, fazem uma proposta insuficiente.

No caso brasileiro, uma proposta de pacto social passa, necessariamente, por algumas questões institucionais que envolvem definir o estatuto político que os empresários admitem para a classe trabalhadora. Ou seja, os sindicatos deverão continuar atrelados ao Ministério do Trabalho? O direito de greve será ampla e plenamente reconhecido? Que dizer das interven-

cões? É inadmissível que os empresários que se propõem a dialogar se esqueçam de que, para haver diálogo profícuo e eficaz, há que se resolver essas questões.

Sem que eles definam como pensam a respeito da questão das intervenções — que limita a liberdade das partes que vão pactuar — sem que digam o que pensam a respeito do enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional, sem que informem sobre a sua posição a respeito do direito de greve, torna-se extremamente difícil, senão impossível, atrair o outro lado para esse diálogo. Se se deseja criar boa vontade de parte a parte, deveria proceder-se de tal modo, em relação a estes pontos, que os trabalhadores se sentissem à vontade para um encontro com esses dirigentes empresariais. Ninguém dialoga quando se sente oprimido. Eu não sei como os dirigentes sindicais vão se comportar em relação a isso. Mas acho que tem havido uma disposição de conversar, pelo menos da parte dos líderes sindicais. Alguns deles desejariam ser porta-vozes de uma possível proposta dos empresários para o conjunto do movimento sindical.

Mas isto, para amadurecer, pressupõe algumas definições: Recentemente, assessores do Ministro Delfim Neto manifestaram a opinião segundo a qual qualquer conversação entre empresários e trabalhadores, necessariamente, vai ter que tocar na questão dos reajustes. Ora, sejamos claros: isso significa que, na opinião do Governo, para haver diálogo é preciso quebrar uma conquista recente da classe trabalhadora, que são os reajustes semestrais. Note-se bem, não estamos falando de aumento de salários, mas simplesmente de reajustes segundo o índice da inflação. Ora, eu não creio que assim possa haver qualquer conversação. Esse não é um bom ponto de partida.

Resumindo: a questão do pacto é muito ilustrativa, porque mostra, de um lado, uma imensa vontade de diferentes setores da sociedade para dialogar sobre seus impasses comuns. Mas, ao mesmo tempo, essa questão ilumina as debilidades com que esses setores comparecem à mesa de negociações. Embora os empresários queiram negociar, parece que eles não sabem o que propor ou que cartas oferecer para iniciar a rodada com os trabalhadores. O que torna difícil para os trabalhadores responderem o que desejam.

Creio que aqui valeria a pena relembrar um velho debate da Sociologia e da Ciência Política no Brasil: aparentemente, a sociedade brasileira carece de uma classe com vocação para dirigir toda a sociedade. Esse é o caso típico dos empresários. Ao mesmo tempo em que acenam com o pacto, na hora de fazer concessões eles são extremamente tímidos. E sem concessões dos que dominam, não há como obter o consenso dos dominados.

Temo que isso possa levar ao mais completo e retumbante fracasso das tentativas de pacto, conversação ou diálogo. Aliás, a recente nota da diretoria da FIESP confirma essa previsão. Eu não gostaria de ser pessimista, mas, infelizmente, parece que do lado dos empresários a vontade de conversação se resume apenas a alguns homens que, na verdade, constituem um pequeno núcleo democrático. E eu não sei até onde esse pequeno núcleo tem representação para falar em nome do conjunto dos empresários.

Isso não quer dizer que o diálogo ou um possível pacto não fosse uma solução positiva para a sociedade nesse momento, desde que ajudasse a evitar a recessão. Mas isso quer dizer que nós temos que ser suficientemente realistas para admitir que essa proposta ainda não está madura para se constituir em uma alternativa para a sociedade. Nesse sentido, a minha tendência seria indicar outra coisa: quando se organizam políticamente, apelando para uma solução de natureza democrática, os trabalhadores estão apontando uma resposta mais generosa e abrangente. Acho que os empresários não cometem nenhum pecado se discutissem essas propostas que já estão na mesa e que, entre outras coisas, contemplam a liberdade sindical, a autonomia de organização, a liberdade partidária para todos, o direito de expressão política, o direito de greve. Isso vale para a sociedade como um todo. E, como são coisas que ainda não existem, talvez sirvam melhor de ponto de partida para o diálogo.